



**SISTEMAS E MÉTODOS DA DESORDEM: POVOS INDÍGENAS E A INVASÃO  
EUROPEIA, CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Ricardo Martins Valle<sup>1</sup>

**INTRODUÇÃO**

O genocídio sistemático dos povos indígenas marcou de violência não apenas a História do Brasil, em particular. Globalmente falando, foi sobre o extermínio e a espoliação geral de povos indígenas em redor do planeta que se deu a ascensão político-econômico-cultural da Península Europeia nos últimos seis ou sete séculos (HANSEN, 1996; VALLE, 2010); crime, ou *sistema de crimes*, que permanece sem responsabilização de nenhum tipo das nações cujos Estados políticos hoje detêm os melhores índices de desenvolvimento econômico e humano, e não por acaso.

**PERSPECTIVA, NÃO MÉTODO**

O presente trabalho é desdobramento da tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 2010, e dos Projetos de Pesquisa “Instituições da Coisa Bélica” (2011-2014) e “As Letras nas Conquistas e a Literatura Brasileira” (2015-atual); e pretende problematizar essas questões justamente em um momento em que, no Brasil, diversas ameaças no âmbito legislativo montam novos cercos institucionais aos direitos indígenas, e com promessa de novos espólios de colonização; momento em que justamente se fazem necessários serenidade e foco para se repensarem as estratégias de resistência à reação conservadora colonial que logrou tomar simultaneamente os poderes executivos federal e municipal em 2016, num duplo golpe cujas consequências ainda não são calculáveis (NASSIF, 2017).

<sup>1</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: rimavalle@yahoo.com.br



## DISCUSSÃO

As centenas de povos dizimados pela invasão das etnias europeias a que chamamos “civilização ocidental” em todo o mundo correspondem ao desaparecimento de centenas de sistemas, linguísticos, musicais, medicinais, agrícolas, meteorológicos, teogônicos, milhares de modos de compreender o mundo, a vida, a morte, a espiritualidade e o próprio conhecimento irreparavelmente perdidos; às vezes remanescentes apenas em fragmentos que, desarticulados, têm poucas chances de dialogar de forma horizontal com os agentes hegemônicos da cultura do Atlântico Norte globalizado e suas “ramificações” institucionais ao redor do mundo. São, enfim, centenas de Holocaustos sistematicamente perpetrados por séculos, e que deixaram atrás de si uma esteira de carências econômicas e de desorganização política e social em cada “praia” e cada “sertão” por onde as instituições brancas impuseram suas práticas e narrativas.

Entretanto, enquanto o Holocausto dos nazistas sobre os judeus tem seus monumentos de memória, seus marcos e celebrações, são escassos os vestígios da dizimação e da espoliação material e cultural dos povos indígenas, tanto quanto são escassas as comemorações fúnebres dos mais violentos episódios da expansão europeia, ao menos dos que se tem notícia. O próprio modo genérico com que no Continente Americano todos esses povos tão profundamente distintos são tratados é revelador dos efeitos práticos dessa escrita preconceituosa, que começa com os discursos escolares deformantes sobre o tema e termina com políticas civilizatórias que se sucedem ao longo dos séculos mais recentes e “esclarecidos”; e/ou o contrário: de modo que se retroalimentam os discursos legislativos e pedagógicos, como atualizações de sistemas de massacre e anulação, realizados hoje por formas menos imputáveis, mas igualmente perversas, unilaterais, etnocêntricas e esmagadoras.

“Políticas de integração” nos primeiros séculos do contato, no período pombalino, no Império do Brasil, na Velha e na Nova República (AGUIAR, 2000; SANTOS, 2016) reciclam sistemas de obliteração deliberada de modos de vida, de sistemas simbólicos, de regimes de manejo dos bens naturais, de formas de educação não escolarizada, dados culturais divergentes dos preconizados pelas etnias da Península Europeia que ainda hoje disseminam a supremacia de seus próprios usos e narrativas pelos últimos recantos do mundo, implantando uma monocultura humana equiparável a muito mais que cinco ou seis stalinismos, espalhados por todos os continentes.

Os nomes de *Sand Creek* (HOIG, 1961; BROWN, 2009) e *Haximu* (RAMOS, 1995; ROCHA, 2007), massacres atroz e recentes, embora separados por cem anos, são notícias que restaram de variações de um mesmo sistema de matança, e significativamente não são lembrados



nos livros didáticos brasileiros ou norte-americanos. *Rosebud* é um nome mais célebre pela ignota inscrição no trenó de brinquedo no argumento do mais sutil e inteligente dos filmes sobre as relações entre mídia, poder e capitalismo norteamericanos. Talvez até hoje só mesmo Orson Wells tenha associado aquela escolha a um dos marcos simbólicos da espoliação das terras indígenas no meio-oeste americano, promovido pelo poder de desinformação dos meios de comunicação e executado pelo poder bélico e legislativo das instituições da grande nação da liberdade. Os longos e dolorosos cercos aos índios Sioux (HYDE, 1964; MEYER, 1967), Cheyennes (SANDOZ, 1953) e Kiowas (MAYHALL, 1962), na América do Norte do final do século XIX, não são lembrados com frequência e intensidade com que se comemoram outros eventos e processos históricos violentos que marcaram a história daquele país, nem nos livros didáticos, nem nos estudos acadêmicos, nem nas suas efemérides. No Brasil, os quinhentos anos de luta dos Tupinambá, ou a resistência dos Guarani-Kaiowá nos séculos XX e XXI, ou a presença indígena no Sertão da Vila da Vitória (AGUIAR, 2000; OLIVEIRA, 2012) são silenciados em todos os veículos, ou reduzidos a notas irrelevantes, ou ainda deformados em representações preconceituosas positivas e negativas, que contribuem com a incompreensão a que estão ainda sujeitas as demandas específicas e gerais dos remanescentes dos povos indígenas em todo o território brasileiro.

## CONCLUSÕES

Embora sejam os primeiros donos da terra, os índios no Brasil são cercados de mistificações e preconceitos semeados já na educação escolar, por um sistema que visa ao seu esquecimento e à neutralização das questões reais que afetam as mais de 300 etnias indígenas que subsistiram aos quinhentos anos de extermínios, saques e políticas civilizatórias devastadores. Desde que a lei 11.645, de 2008, tornou obrigatório o ensino de história indígena e africana no ensino básico, ficou mais evidente a carência de material para a compreensão da história e da questão indígena brasileira de forma mais completa e complexa (CANCELA, 2016). Muito mais distantes ainda estamos de uma visão mais ampla que possa imputar as responsabilidades das nações ricas do mundo e exigir as devidas reparações que lhe competem em relação à desorganização que a ordem civilizatória instalou em cada canto do mundo. É no intuito de revolver os sedimentos de acomodações históricas que deixaram aos povos indígenas um lugar periférico na história mundial que esta proposta abrangente de reflexão se dispõe, uma vez que não há uma só zona de conflito instalada no mundo que não seja consequência direta ou indireta da invasão europeia.



Com a recente ascensão das direitas nos países hegemônicos do Atlântico Norte, os conflitos semeados em redor do mundo pela expansão unilateral da cultura europeia tendem a se acirrar e os sinais de retrocesso que já aparecem tendem a refluir sobre aqueles que historicamente são, e sempre foram, o elo mais fraco da cadeia de relações que um sistema europeu e norteamericano de difusão da desordem tem instalado com nomes sutis e violentos que vão desde “grandes navegações”, “expansão marítima” e “conquista do oeste” até “globalização” e “internacionalização do mercado”.

**Palavras-chave:** Questão indígena. Genocídio. Instituições Bélicas. Invasão Europeia. Golpe de 2016.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre (org.), MEDEIROS, Ruy Hermann & MIGUEL, Antonieta. **Ymboré, Pataxó, Kamakã**. A presença indígena no Planalto da Conquista. Vitória da Conquista, Museu Regional/UESB, 2000.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CANCELA, Francisco. “Velhos e novos desafios da História Indígena no Brasil”. In: SANTOS, Frabricio Lyrio (org.). **Os índios na História da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

HANSEN, João Adolfo. “Servidão Natural do Gêntio e Guerra Justa contra o Bárbaro”. In: NOVAES, Aduino.

HYDE, George. **A Sioux Chronicle**. Norman: University of Oklahoma Press, 1964.

HOIG, Stan. **The Sand Creek Massacre**. Norman, University of Oklahoma Press, 1961.

MAYHALL, Mildred. **The Kiowas**. Norman, University of Oklahoma Press, 1962.

NASSIF, Luís. **O xadrez do Golpe**. São Paulo: Editora Hedra, 2017.

OLIVEIRA, Renata Ferreira. **Índios paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e**



o (quase) extermínio aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: PPGH/UFBA, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. “A profecia de um boato: matando por ouro na área Yanomami”. **Série Antropologia 188**. Brasília: UnB, 1995, pp. 121-160.

ROCHA, Jan. **Haximu**: o massacre dos Yanomami e as suas consequências. Trad. Rubens Galves Merino. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.

SANDOZ, Mari. **Cheyenne Autumn**. New York: Hastings House, 1953.

SANTOS, Frabricio Lyrio (org.). **Os índios na História da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

VALLE, Ricardo Martins. **Instituições da coisa bélica**. Tradições de doutrina e jurisprudência, instituições civis e prática letradas, guerra justa e matéria heroica. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). São Paulo: DLCV/USP, 2010.